

## GÓIS MONTEIRO (1887/1956)



Góis Monteiro tornar-se-ia figura central na década de trinta, durante o Estado Novo e no período que de imediato lhe seguiu, na condição de chefe militar mais destacado.

Tendo optado por essa carreira, freqüentando o curso que levava ao oficialato, transferiu-se de sua terra natal (Alagoas) para o Rio de Janeiro, em 1903, aos 16 anos de idade. O curso subdividia-se em duas etapas, sendo a primeira a Escola Preparatória de Realengo, vindo a seguir a Escola Militar da Praia Vermelha. Nesta última, em 1904, ocorreu uma revolta, de que resultou o seu fechamento pelo governo. A vista disto, Góis Monteiro matriculou-se numa outra instituição que cumpria idêntica função embora não se denominasse Escola Militar mas Escola de Guerra. Localizava-se em Porto Alegre. Concluiu-a em 1910, quando recebeu a patente de Aspirante (a Oficial). Passou a servir no Rio Grande do Sul até 1916. Assim, formou seu espírito na República Positivista que os castilhistas haviam implantado naquele estado, aderindo plenamente àquele ideário. A par disto, reconhecidamente, tornou-se **gaúcho**, mesmo no linguajar e nos hábitos. A mulher que desposou pertencia a tradicional família da terra e os filhos ali nasceram.

Tudo isto iria traduzir-se no rumo que conseguiu imprimir ao Exército.

No seio dessa organização, sobreviveu o grupo formado a partir do ideário de Benjamin Constant, isto é, que aceitava a missão que lhe atribuía: contribuir para o progresso do país. Aos poucos, contudo, essa pretensão acabou centrada no empenho de modernizar a própria instituição, talvez como decorrência do despreparo que demonstrou na guerra de Canudos. A ingerência direta na política, acalentada a partir dos primeiros governos (militares) da República, talvez tivesse sido arquivada já que, conseguindo eleger para a Presidência um representante seu (Hermes da Fonseca, que governou de 1910 a 1914) disso não resultou, mais uma vez, que se perpetuassem, como presumivelmente seria a sua aspiração. O certo é que, a partir de então o tom é dado pelo grupo profissionalizante.

Pertencendo à mesma família (positivista), os castilhistas tinham uma visão um tanto retórica dessa consigna (o progresso) que haviam inserido na bandeira nacional. Caberia a Vargas, como se indicará a seu tempo, traduzir essa aspiração num projeto concreto.

Na década de vinte, a insatisfação (e também desorientação) no seio da organização militar seria expressa pelos movimentos tenentistas. A demonstração cabal de que não sabiam exatamente o que queriam reside no fato de que, nos anos trinta, irão subdividir-se em duas tendências francamente totalitárias, a comunista e a fascista.

Caberia a Góis Monteiro dotar a instituição de um projeto mais adequado à realidade nacional, na medida em que se mostrou exequível durante largo período de nossa história. Os acontecimentos, adiante descritos, iriam prepará-lo para o desfecho.

Foi transferido para o Rio de Janeiro a fim de freqüentar os cursos da Missão Militar Francesa, presente no país como desdobramento do projeto de modernização do Exército. Ficaria conhecido, na década de vinte, como “oficial legalista” devido a que tivesse participado ativamente do combate aos diversos movimentos insurrecionais então ocorridos. Não obstante, aceitou assumir a chefia militar da Revolução de 30. O posto havia sido oferecido a Luiz Carlos Prestes. Tendo se tornado comunista, acabou incompatibilizando-se com os articuladores.

O desempenho de Góis Monteiro no comando da tropa rebelada no Sul credenciou-o a vãos mais altos na nova situação. A par dos seus inegáveis méritos pessoais, seria beneficiado pela progressiva conquista da hegemonia do movimento pelos castilhistas, aos quais estava muito ligado, inclusive a Vargas, pessoalmente.

Em março de 1931 foi promovido a coronel e, dois meses depois, a general de brigada e comandante da Região Militar de São Paulo, estado que era considerado como o foco potencial da oposição. Coube-lhe a missão de combater e derrotar a Revolução Constitucionalista de 32.

Embora entendesse ser imprescindível a ingerência militar na política, buscou fazê-lo institucionalmente. Seria um dos organizadores do Movimento Três de Outubro, que viria a ser uma espécie de partido político dos tenentes. Achava que, por esse meio, preservaria a unidade do Exército, evitando que os oficiais se filiassem abertamente a partidos. E mesmo quando a unidade viu-se quebrada, tanto nos movimentos que reprimiu nos anos vinte, como na cisão ocorrida em 30 e 32, tratou de evitar punições dos derrotados e prejudicá-los na sua carreira militar. Abriu uma exceção a esse procedimento no caso da intentona comunista de 1935. Recusava peremptoriamente a sua proposta. Como bom castilhista, ainda que não valorizasse o arranjo institucional democrático-representativo, era basicamente conservador em matéria política.

A rigor, coube a Góis Monteiro afeiçoar o Exército ao intervencionismo militar que virou dos anos trinta a 64. Teve a possibilidade de fazê-lo porquanto seria Ministro da Guerra nos anos de 1934 e 1935 e chefe do Estado Maior do Exército de 1937 a 1943. Voltaria à chefia do Ministério em agosto de 1945, quando já se encontravam delineados os passos para a substituição de Vargas, por eleições, consagrando-se o fim do Estado Novo. Em outubro, Vargas tentou alterar as regras do jogo, dando ao Congresso, eleito juntamente com o Presidente, a atribuição de escolher os governadores estaduais e suas respectivas Assembléias Legislativas. O Exército obrigou o governante a revogar a providência.

A 29 de outubro, Vargas tentou uma outra manobra, nomeando para a Chefia de Polícia do Rio de Janeiro a seu irmão, Benjamin Vargas. Sob a liderança do Ministro, os generais entenderam que Vargas não podia continuar à frente do processo e o depuseram. O governo foi entregue ao Presidente do Supremo Tribunal, a quem coube presidir as eleições.

Vê-se pois que, a partir de determinado momento, as Forças Armadas passaram a tutelar o Estado Novo. Nas eleições de dois de dezembro de 1945 concorreram dois chefes militares, o ex-Ministro da Guerra, general Eurico Dutra, e o chefe da Aeronáutica, brigadeiro Eduardo Gomes. Na década de cinquenta, tornou-se rotina essa intervenção das Forças Armadas. Consagrou-se a doutrina implantada por Góis Monteiro.

Góis Monteiro faleceu em outubro de 1956. No primeiro decênio do interregno democrático continuou como uma grande presença no processo político. Valendo-se da prerrogativa que a legislação da época facultava, licenciou-se do Exército para disputar uma cadeira de Senador (por seu estado natal, Alagoas), elegendo-se para a Legislatura 1947/1951. De volta ao Exército, mais uma vez seria Chefe do Estado Maior (1951/1952) e, em seguida, Ministro do Superior Tribunal Militar, até o falecimento.

#### ADENDO- Góis Monteiro e a nova doutrina da ingerência militar na política

O General Góis Monteiro publicou, em 1934, livro intitulado **A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército.**

Embora do ponto de vista da elaboração teórica deixe a desejar, sem dúvida alguma reflete o novo ponto de vista relativo à ingerência militar na política. A doutrina precedente seria da lavra de Benjamin Constant e focalizava, preferentemente, a questão do **progresso**, como então se entendia o desenvolvimento econômico. Constant associava-o ao **estado positivo** idealizado por Comte. Naquela altura, não chega a adquirir conteúdo explícito. Ainda que seriam os positivistas a dar conta da tarefa, tal ocorreria muito mais tarde. Vargas explicitaria que se tratava de empreender a revolução industrial, com o que o Brasil preencheria um dos requisitos ao ingresso no primeiro mundo.

O outro lado dessa ingerência dizia respeito à forma de governo e que papel caberia, nesse sistema, às Forças Armadas. Constant não viveria o suficiente para expressar o seu ponto de vista a respeito. Levando em conta que empenhou seu prestígio, no governo, à convocação de eleições para a Constituinte, admite-se que não teria as prevenções de Comte contra o sistema democrático-representativo. O certo, entretanto, é que se afastou do governo vindo a falecer em janeiro de 1891, pouco antes da promulgação da Carta. Na prática, naquela primeira década republicana, derrotados os partidários da perpetuação do Exército no poder, emerge e consolida-se o

grupo empenhado na profissionalização. A passagem de outro chefe militar pelo poder (Hermes da Fonseca, Presidência de 1910 a 1914) não alteraria esse quadro.

A liderança desse grupo começaria a ser contestada na década de vinte, pelo movimento tenentista. Caberia a Góis Monteiro esboçar uma doutrina que, mantendo a ingerência militar na política, evitaria a partidarização da tropa. Vejamos, por suas linhas gerais, em que consiste.

Numa certa medida, o papel que preconiza para as Forças Armadas está associado ao seu despreço pelo governo representativo. Contudo, prolongando-se a prática que iniciou, ainda no Estado Novo, até o chamado “interregno democrático” (1945/1964), sobreviveu em regime constitucional.

Indique-se sucintamente como expressa a mencionada indisposição.

“A eleição direta no Brasil é uma burla e uma imoralidade”, escreve na obra mencionada. Ainda assim, a afirmativa não objetiva corrigir os seus defeitos mas simplesmente descartá-la. Entende tratar-se “de processo ilógico de escolha, senão quando se trata de interesses também diretos e celulares”.

“Fora daí --prosegue-- no que concerne aos interesses mais completos, só a eleição em graus sucessivos constituirá uma forma de democracia organizada”.

Outro grave defeito da República brasileira encontrar-se-ia na federação. Ao contrário dos Estados Unidos, aqui, esse sistema “sobrepôs os interesses regionais aos interesses nacionais”. Conclui: “foi a prática defeituosa de um regime inadequado que impediu a formação de uma ideologia nacional... e não permitiu a organização da opinião pública, correspondente ao todo, isto é, à União, mas sim às partes constitutivas. O Brasil tornou-se, como já se disse, um corpo sem alma e por isto caiu como cai um corpo morto”.

E a Revolução de 30? Afirma não ter produzido “a maioria dos efeitos esperados”. Deixou de concluir a obra de destruição “que seria mais fácil no período ditatorial”. “Será muito mais aleatória no período constitucional, sobretudo com a democracia liberal e os excessos de individualismo”. Vê-se pois que não apostava grande coisa na fase que se avizinhava (não perder de vista que estávamos em 1934).

Parece-lhe mais grave que não tenha alcançado a organização do que chama de “forças nacionais” e, presumivelmente, identifica com o que entendia por opinião pública. Tem presente que nos países de democracia consolidada essas forças se expressam através dos partidos políticos. Mas descarta desde logo essa alternativa, na convicção de que atendem a interesses “particulares”, certamente tidos à conta de subalternos.

Valoriza a tentativa de organização dos tenentistas em órgãos suprapartidários, mencionando o Clube 3 de outubro. Mas tem dúvidas

quanto ao seu destino, cessado o caráter revolucionário do regime. O principal mérito que atribui a esse tipo de organização reside em que evita a participação direta, em agremiações partidárias, de membros das Forças Armadas. Insiste em que a missão que lhes cumpre realizar é de todo incompatível com qualquer espécie de “partidarização”. Chega a associar esse desfecho ao que chama de “militarismo” e insiste em que seria contra as mais profundas características de nosso povo.

A conclusão é a seguinte: “Não havendo a opinião pública se organizado em forças nacionais, restam as forças particularistas que não podem mais dispor e concentrar em suas mãos os interesses da nacionalidade. Ficam o Exército e a Marinha como instituições nacionais e únicas forças com esse caráter e só à sombra delas é que, segundo a nossa capacidade de organização, poderão organizar-se as demais forças da nacionalidade”.

Afirma taxativamente que as Forças Armadas são a espinha dorsal do Estado. E, prossegue: “As forças militares nacionais têm que ser, naturalmente, forças construtoras, apoiando governos fortes, capazes de movimentar e dar nova estrutura à existência nacional, porque só com a força se pode construir, visto que com a fraqueza só se constroem lágrimas.”

Estava aí esboçada a doutrina segundo a qual incumbe às Forças Armadas tutelar o Estado. Guindado à condição de chefe do Exército, Góis Monteiro tratou de aprimorar essa prática que culminaria com a deposição de Vargas, em fins de 1945.

A sofisticação que essa doutrina experimentaria, no pós-Estado Novo e até março de 1964, seria a associação dessa função tutelar à idéia do Poder Moderador. Deve-se creditar a Borges de Medeiros ter aventado a hipótese de que o regime republicano comportaria a existência desse quarto poder. Na verdade, esta seria uma concessão tardia do velho caudilho castilhistas, depois de ter passado toda a República Velha a depreciar a experiência imperial.

O certo é que no pós-Estado Novo a elite política nacional aceitou tacitamente a tutela das Forças Armadas. Basta ver a insistência em promover candidaturas militares à Presidência da República. A opção por denominá-la de função moderadora seria na verdade uma forma de dourar a pílula. Somente no ciclo histórico posterior aos governos militares é que essa doutrina viria a ser contestada.

Coube ao primeiro governo militar (1964/1967), exercido pelo general Castelo Branco, a missão de inviabilizar, na prática, a ingerência militar na política, consagrada com a República. Trata-se da limitação da permanência no generalato a doze anos. A par disto, o afastamento das Forças Armadas para concorrer ou exercer cargos políticos, alheios à corporação, torna-se definitiva. No passado, tivemos oficiais generais que,

depois se terem consagrado na política, voltaram à tropa sem quaisquer percalços. O próprio Góis Monteiro é exemplo disto.

A par disto, no seio do oficialato parece aceita a tese de Samuel Huntington ( /2008) segundo a qual a ingerência militar na política traduziria baixos níveis de profissionalização (The Soldier and The State, ). Expressa claramente essa compreensão a obra do brigadeiro Murilo Santos, intitulada **O caminho da profissionalização das Forças Armadas** (Ed. do Instituto Histórico da Aeronáutica, )